

Direcção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros

Despacho n.º 24 359/2005 (2.ª série). — Considerando que se encontra vago o lugar de director de serviços de Gestão dos Recursos, Financeiros e Materiais, a que se refere o artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 51/98, de 11 de Março;

Considerando que Manuel Inácio da Silva Pinheiro, licenciado em Direito, possui os requisitos legais exigidos, designadamente mais de seis anos de experiência profissional em carreira para cujo ingresso é exigível uma licenciatura;

Considerando ainda que possui experiência profissional no âmbito da competência cometida à Direcção de Serviços de Gestão dos Recursos Financeiros e Materiais, correspondendo assim ao perfil pretendido e evidenciado na nota curricular em anexo ao presente despacho e do qual faz parte integrante:

Nos termos dos artigos 20.º, 21.º e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio, em regime de substituição, por 60 dias, no cargo de director de serviços de Gestão dos Recursos Financeiros e Materiais o licenciado Manuel Inácio da Silva Pinheiro, inspector de finanças principal do quadro da Inspeção-Geral de Finanças, cessando na mesma data o exercício de funções, em regime de substituição, no cargo de chefe de divisão de Contabilidade que vinha exercendo.

O presente despacho produz efeitos à data da sua assinatura.

31 Outubro de 2005. — O Director-Geral, *António Ramos Lopes*.

ANEXO

Curriculum vitae

(resumo)

1 — Identificação:

Nome — Manuel Inácio da Silva Pinheiro;
Data de nascimento — 6 de Novembro de 1959.

2 — Habilitações académicas:

Licenciatura em Direito;
Curso de pós-graduação em Direito da Sociedade da Informação.

3 — Formação profissional complementar — cursos de formação profissional ministrados pela Direcção-Geral dos Impostos, pelo Instituto Nacional de Administração e pela Inspeção-Geral de Finanças relativos a várias matérias, nomeadamente direito fiscal, direito comunitário, contratação pública, informática e gestão financeira e de recursos humanos.

4 — Actividade profissional:

Desde 15 de Maio de 2003 até à presente data tem sido chefe de divisão de Contabilidade da Direcção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros, onde tem vindo a exercer as funções inerentes ao cargo;

Desde 26 de Novembro de 2001 até 15 de Maio de 2003 foi subdirector-geral do Património, onde exerceu as funções inerentes ao respectivo cargo, tendo sido responsável pelas áreas administrativa e financeira, pela gestão do património imobiliário do Estado e pelo aprovisionamento público;

Desde 2 de Fevereiro de 1998 até 25 de Novembro de 2001 foi vice-presidente do Instituto Português de Cartografia e Cadastro, onde exerceu as funções inerentes ao cargo, com responsabilidades nas áreas administrativas e financeiras, bem como o acompanhamento e apoio nas decisões do organismo com especial incidência em aspectos jurídicos específicos como direitos de autor, cadastro predial, cartografia, contratação pública, etc.;

Inspector de finanças na Inspeção-Geral de Finanças, exercendo as funções de jurista na inspecção de empresas (Núcleo de Inspeção às Entidades Parafinanceiras), desde Setembro de 1992 até 2 de Fevereiro de 1998. As funções desempenhadas

foram exercidas de uma forma integrada, tendo incidido sobre vários ramos do direito (comercial, civil, financeiro, administrativo e fiscal) e especialmente relacionadas com sociedades gestoras de participações sociais, sociedades de gestão e investimento imobiliário e outras entidades;

Desenvolveu acções pontuais de formação profissional e assessoria jurídica a uma associação que congrega associados prestadores de serviços de contabilidade a empresas;

Representante da Fazenda Pública junto do Tribunal Tributário de 1.ª Instância de Lisboa desde Junho de 1992 a Setembro de 1992;

Funcionário da carreira técnica da Direcção-Geral dos Impostos, tendo prestado serviço na Repartição de Finanças, desde Fevereiro de 1982 a Março de 1987 e no Tribunal Tributário de 1.ª Instância de Lisboa desde Março de 1987 a Maio de 1992; Docente do ensino secundário (de Fevereiro de 1980 a Fevereiro de 1982).

Inspeção-Geral de Finanças

Aviso n.º 10 699/2005 (2.ª série). — Por despacho de 11 de Novembro de 2005 do inspector-geral de Finanças, no uso de competência própria e precedido de confirmação dos pressupostos para acesso na carreira pela Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública:

Filomena Maria Amaro Vieira Martinho Bacelar, inspectora de finanças superior da carreira de inspecção de alto nível — nomeada inspectora de finanças superior principal da mesma carreira, com efeitos reportados a 15 de Agosto de 2005.

15 de Novembro de 2005. — O Inspector-Geral, *José Maria Teixeira Leite Martins*.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DA DEFESA NACIONAL E DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Despacho conjunto n.º 1031/2005. — Considerando que, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 9/2005, de 16 de Novembro de 2004, publicada no *Diário de República*, 1.ª série-B, n.º 11, de 17 de Janeiro de 2005, foi criada uma estrutura de missão denominada Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental;

Considerando que a referida resolução determina que os elementos que constituem aquela Estrutura de Missão, à excepção do seu responsável, são nomeados por despacho conjunto dos Ministros de Estado e das Finanças, da Defesa Nacional e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior:

Determina-se, ao abrigo do n.º 6 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 9/2005, de 16 de Novembro de 2004, publicada no *Diário de República*, 1.ª série-B, n.º 11, de 17 de Janeiro de 2005:

1 — É exonerada, nos termos do n.º 4 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 9/2005, de 16 de Novembro de 2004, a assistente administrativa principal, índice 233, Mónica Alexandra Rodrigues Batista, regressando ao quadro de pessoal do Instituto da Droga e da Toxicodependência, com efeitos a partir de 30 de Setembro de 2005.

2 — É nomeada, nos termos do n.º 4 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 9/2005, de 16 de Novembro de 2004, Maria de Lurdes Cruz da Conceição, assistente administrativa, índice 209, do quadro de pessoal civil da Marinha, para o efeito requisitada à Marinha, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2005.

11 de Novembro de 2005. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — O Ministro da Defesa Nacional, *Luís Filipe Marques Amado*. — O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, *José Mariano Rebelo Pires Gago*.

Nota de encargos financeiros

(Em euros)

	Categoria	Vencimento mensal	Vencimento anual
Auxiliar administrativa Maria de Lurdes Cruz da Conceição . . .	Assistente administrativa do quadro de pessoal civil da Marinha, índice 209.	662,86	9280,04

Nota. — O orçamento da Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental encontra-se incluído na proposta orçamental do Ministério da Defesa Nacional para o ano de 2006.